

CAPÍTULO 1

A AVALIAÇÃO NÃO SALVARÁ O MUNDO. DIÁLOGO COM ZULMIRA HARTZ SOBRE OS FUNDAMENTOS DA AVALIAÇÃO

Evaluation won't save the world. A Dialogue with Zulmira Hartz on evaluation foundations

Astrid Brousselle¹

André-Pierre Contandriopoulos²

1. Brousselle, A. Professora titular e diretora, Escola de Administração Pública, Universidade Victoria (Colúmbia Britânica, Canadá) – E-mail: astrid@uvic.ca.

2. Contandriopoulos, AP. Professor emérito, Departamento de gestão, avaliação e políticas de saúde, Escola de Saúde Pública, Universidade de Montreal (Quebec, Canadá)

Resumo

Em cerca de dez anos, o contexto planetário mudou. Estamos diante de muitas crises – sanitárias, ecológicas, sociais, econômicas e democráticas – que estão se tornando uma ameaça real à saúde humana. Por muitos anos, o objetivo da avaliação foi apresentado como a melhoria das condições sociais (melhoria social) e de todos os fatores que afetam a saúde das populações. As crises que afetam o contexto planetário colocam essa finalidade à prova e exigem uma transformação das práticas de avaliação. Neste artigo, revisitamos os fundamentos da avaliação que formaram a base de nossa prática de avaliação e exploramos as mudanças que nós, como avaliadores, devemos fazer para cumprir nossas ambições e contribuir verdadeiramente para uma boa saúde social e humana. Este capítulo está organizado em diálogo com Zulmira Hartz, coeditora do livro *Avaliação: Conceitos e Métodos* e especialista em abordagens avaliativas em saúde. Coloca em perspectiva os avanços que prevaleceram quando escrevemos o livro juntos, com as novas restrições planetárias às quais precisamos responder.

Palavras-chave: Crises planetárias. Avaliação. Antropoceno. Saúde. Meio Ambiente.

Abstract

The planetary context has changed in the last ten years. We are facing many crises – sanitary, ecological, social, economic and democratic – that are becoming a real threat to human health. For many years, the objective of evaluation has been presented as the improvement of social conditions (social improvement) and all factors affecting the health of population. The crises of the planetary context test this purpose and demand changes of evaluation practices. In this paper, we review the concept of evaluation which formed the basis of our evaluation practice and we explore the changes, as consultants, that we must carry on to fulfill our ambitions and truly contribute to adequate social and human health. This chapter is organized in dialogue with Zulmira Hartz, co-editor of the book *Evaluation: Concepts and Methods* and expertise in health evaluative approaches. It puts into perspective the preponderate advances at the time we wrote this book together and our need to answer to new planetary constraints.

Keywords: Planetary crises. Evaluation. Anthropocene. Health. Environment.

Résumé

En une dizaine d'années, le contexte planétaire s'est transformé. Nous sommes confrontés à de nombreuses crises: sanitaire, écologique, sociale, économique, démocratique qui deviennent une réelle menace à la santé humaine. Depuis de nombreuses années, la finalité de l'évaluation est présentée comme l'amélioration des conditions sociales

(social betterment) et de tous les facteurs qui affectent la santé des populations. Les crises qui affectent le contexte planétaire mettent cette finalité à l'épreuve et appellent à une transformation des pratiques évaluatives. Dans cet article, nous revenons sur les fondements de l'évaluation qui représentaient les bases de notre pratique évaluative et nous explorons les changements que nous devrions apporter, en tant qu'évaluateurs, pour être à la hauteur de nos ambitions et réellement contribuer au bien-être social et à la santé humaine. Ce chapitre est organisé sous forme de dialogue avec Zulmira Hartz co-éditrice du livre *L'Évaluation: Concepts et Méthodes* et experte des approches évaluatives en santé. Il met en perspective les avancements qui prévalaient au moment où nous avons ensemble écrit le livre, avec les nouvelles contraintes planétaires auxquelles nous devons répondre.

Mots-clés: Crises planétaires, évaluation, Anthropocène, Santé, Environnement.

INTRODUÇÃO

Em 2008, Zulmira Hartz, François Champagne e nós decidimos escrever um livro sobre avaliação usando o modelo de avaliação ensinado no Departamento de Administração de Saúde da Universidade de Montreal. Esse trabalho foi publicado com o título *Avaliação: Conceitos e Métodos*^{1,2}. Naquela época, poucos livros didáticos de francês existiam. Zulmira também tinha um projeto de tradução do livro para o português para torná-lo acessível no Brasil e em Portugal, o que foi feito logo em seguida³. Em 2006, o campo da avaliação estava em turbulência: novas abordagens foram publicadas, os líderes que estruturaram o campo participaram de debates animados em conferências internacionais, e vimos o surgimento da próxima geração e a expansão do campo. Avaliação em instituições públicas e no mundo da consulta. Nesse contexto, tivemos discussões animadas sobre quais foram os propósitos e a base da avaliação em que se baseou a redação coletiva do livro.

Desde o lançamento da obra, o contexto planetário mudou. O mundo agora enfrenta muitas crises – sanitárias, ecológicas, sociais, econômicas e democráticas – que ameaçam a saúde humana e até a sobrevivência da humanidade. Como avaliadores e, também, como pesquisadores da área da saúde, essas crises nos desafiam. Elas nos obrigam a pensar sobre as condições essenciais à vida e ao bem-estar humanos e acerca das expectativas que se pode ter na avaliação. Se o objetivo da avaliação é, em última instância, contribuir para a melhoria das condições sociais (melhoria social) e de todos os fatores que afetam a saúde das populações, então, o novo contexto planetário nos obriga a questionar o que consideramos ser os fundamentos da avaliação; e este contexto também exige uma transformação das práticas de avaliação.

Neste artigo, voltamos aos fundamentos da avaliação que formaram a base de nossa prática avaliativa e exploramos as mudanças que devemos fazer nela, como avaliadores, para cumprir nossas ambições e contribuir verdadeiramente para o bem-estar social e a saúde humana. Voltamos a alguns dos aspectos que pareciam ser fundamentais quando começamos a escrever o livro. Nessa altura, Zulmira Hartz desempenhava o papel de mentora e colocava as suas competências e conhecimentos em avaliação a serviço de um debate que se estruturava para aquele projeto de escrita. Para homenageá-lo, este capítulo está organizado em forma de diálogo. Coloca em perspectiva os avanços que prevaleceram quando escrevemos o livro, com as novas restrições planetárias às quais precisamos agora responder.

A situação do mundo

Querida Zulmira, colega, amiga, mentora, já faz muito tempo que não tivemos aquelas conversas acaloradas que marcaram a redação do livro *Avaliação: Conceitos e Métodos*. Gostaríamos de continuar de onde paramos.

Naquela época, estávamos imersos em um apogeu de abordagens participativas, colaborativas e emancipatórias, tanto no nível organizacional quanto no nível comunitário. As conferências internacionais de avaliação foram um local de debate para autores como Michael Quinn Patton, Bradley Cousins, Jean King, Jennifer Greene, David Fetterman etc. Foi também o destaque das abordagens de análise de desempenho para avaliações complexas com o modelo EGIPSS⁴⁻⁶, mas também a adoção em maior escala, na Europa, de Análise de contribuição⁷⁻⁹. Esse foi o auge das abordagens do tipo 'Avaliação com foco na utilização' e seus derivados, incluindo a abordagem de desenvolvimento^{10,11}. Vimos o surgimento de novos líderes, como Rodney Hopson¹², dando voz à questão da justiça social. Foi um momento de criação, de esperança, de entusiasmo. Em nossos campos, saúde e avaliação, pensamos que iríamos participar da criação de um mundo melhor, contribuir para a melhoria das condições sociais, atuar sobre os fatores que afetam a saúde das populações¹³. Tratava-se de encontrar as abordagens de avaliação certas, adotar os processos de pesquisa certos e identificar o que era importante medir. Com uma abordagem válida e justa, poderíamos fazer a diferença.

Hoje, estamos no meio de uma pandemia, estamos passando pelas primeiras convulsões cruéis desta mudança climática inevitável (ondas de calor fatais, incêndios incontroláveis, inundações, secas), a poluição do ar é a principal causa de morte prematura em nível mundial, peixes foram capturados até o esgotamento dos cardumes, espécies animais e vegetais estão desaparecendo a cada dia¹⁴⁻¹⁸. Vivemos uma crise ambiental com grandes repercussões na saúde das populações e na justiça ambien-

tal¹⁹⁻²¹. A conjunção de políticas internacionais, nacionais e crises de saúde e ambientais aumenta a pressão sobre as populações mais expostas e vulneráveis, e a cada dia vemos a injustiça óbvia criada pelo aumento das desigualdades sociais e econômicas^{22,23}. Isso em um contexto no qual os sistemas democráticos também são enfraquecidos pelo acesso ao poder de líderes manipuladores, ou o conhecimento científico é contestado, em que a desinformação e as notícias falsas têm uma influência crescente e as redes sociais aumentam a divisão social no compartilhamento de informações²⁴. Enquanto a avaliação defende os valores da melhoria das condições sociais, da justiça, do debate democrático, só podemos fazer uma observação: a avaliação não vai salvar o mundo! Como avaliadores e pesquisadores de saúde, somos desafiados²⁵. Coletivamente, o que foi ignorado ou feito de errado para chegar a esse estado de coisas? Quais são os fundamentos de nossas práticas que nos impedem de responder a esses desafios? Que transformações exigem esse novo contexto para o campo da avaliação e, mais especificamente, para a prática avaliativa?

Coletivamente, o que ignoramos para chegar a essa situação?

Em primeiro lugar, consideramos o meio ambiente como uma aquisição garantida. Presumimos a qualidade do ar, da água, do solo e do equilíbrio ecológico como dimensões que não seriam impactadas pela atividade humana, pelo menos em uma escala em que esses elementos não constituíssem uma ameaça à nossa saúde e sobrevivência. A dimensão ambiental foi amplamente ignorada, e não aparece em nenhuma parte de nossas avaliações. A cada vez, analisamos os efeitos das intervenções considerando apenas um pequeno conjunto de efeitos, ignorando aqueles que, em última análise, têm o maior impacto na sobrevivência humana: a pegada ambiental. Existem alguns avaliadores que fizeram a sua carreira em torno da integração dos impactos ambientais, mas as avaliações que realizaram visaram especificamente valorizar a intervenção desse ângulo. Qual avaliador integrou sistematicamente os impactos ambientais em suas avaliações? Qual avaliador teve a presença de espírito e a audácia de questionar o nosso impacto no meio ambiente, quando solicitado a avaliar uma intervenção? Essa questão nem foi ignorada, para a maioria de nós, ela simplesmente não existia.

Observamos quase a mesma situação para a questão social. Poucas avaliações integraram sistematicamente os impactos sociais das intervenções. Existe um artigo de John Mayne²⁶, inspirado por um pesquisador de saúde pública em outro lugar, que desenvolveu uma abordagem para a teoria do programa que analisa as intervenções na perspectiva da equidade. Essas abordagens têm sido, até agora, marginais em nosso campo. É claro que a questão da equidade na justiça social tem sido frequentemente de-

batida no campo; mais raramente, as abordagens têm proposto uma forma de integrar sistematicamente esses aspectos nas avaliações.

Finalmente, na questão democrática, a avaliação foi uma área que rapidamente defendeu a importância de integrar diferentes perspectivas, de integrar diversas vozes em nossas coleções de dados. A avaliação também tem sido uma área estruturante em termos de abordagens participativas, colaborativas, democráticas, algumas chegando a oferecer perspectivas que favoreçam a emancipação de determinados grupos, outras enfatizando a importância de proporcionar um fórum para os grupos marginalizados. Esse aspecto, ao contrário dos dois anteriores, é um dos pontos fortes da área de avaliação. No entanto, também existem forças conflitantes. A avaliação é, com demasiada frequência, um exercício de serviço ao cliente, limitando efetivamente a margem de manobra do avaliador ao incluir determinados *stakeholders*, ou restringindo a escolha da abordagem de avaliação. A avaliação abrange também intervenções cujo âmbito é frequentemente restrito, limitando a sua influência ao círculo interno das partes interessadas da intervenção e dos seus beneficiários imediatos. Os resultados das avaliações raramente estão no centro dos debates democráticos e das decisões do governo.

A capacidade da avaliação de atuar na qualidade do meio ambiente, justiça social e debates democráticos tem sido limitada. No entanto, são as intervenções nessas três áreas que são necessárias para melhorar a saúde das populações.

Quais são os fundamentos de nossas práticas que nos impedem de responder aos desafios contemporâneos que devemos enfrentar?

O fracasso da avaliação em considerar sistematicamente os impactos sociais e ambientais está parcialmente relacionado com a forma como representamos a intervenção. Para construir nossos modelos lógicos e causais, usamos a literatura cinzenta, as opiniões dos profissionais e administradores envolvidos e, às vezes, as opiniões de especialistas. Porém, com muita frequência, usamos nossas próprias lentes, que são estreitas demais e limitadas aos efeitos proximais do procedimento. Essa abordagem exige duas críticas principais.

Em primeiro lugar, muitas vezes fazemos avaliações formativas e frequentemente questionamos a razão de ser das intervenções que estamos avaliando. Todos nós sabemos como construir um modelo causal, e é uma boa prática construir o modelo causal para entender o escopo das intervenções. Quantos de nós fazemos isso sistematicamente e incorporamos em nossas avaliações? Quantos questionam a base da própria intervenção?

Em segundo lugar, nossos modelos de intervenção negligenciam as relações entre a intervenção e os contextos ambientais e sociais. Os determinantes ambientais e sociais

devem ser sistematicamente integrados em nossos modelos lógicos e avaliados em nossas avaliações. Quantos de nós ousamos considerar os efeitos de longo prazo das intervenções no meio ambiente e na justiça social? A Organização Mundial da Saúde (OMS) vem alertando os países sobre a possibilidade de uma pandemia semelhante à zoonose há mais de 10 anos. A covid-19 não é nenhuma surpresa, já havia sido prevista de certa forma, era apenas uma questão de tempo. A OMS havia indicado que nossa relação com a natureza era um perigo para a saúde humana há anos. Nenhum de nós questionou a relevância das intervenções que estávamos avaliando em uma perspectiva mais ampla e complexa – a dos determinantes da saúde da população, por exemplo – para analisar as intervenções. Os modelos causais utilizados são constantemente restritos e enfocam as causas diretas e os determinantes dessas causas, sem considerar a dinâmica social, econômica e ambiental em que atuamos.

Devemos rever as nossas práticas de avaliação para desenhar sistematicamente modelos de intervenção em toda a sua complexidade de forma a ter em conta os aspectos sociais e ambientais.

Terceiro, considerando o estado de emergência em que nos encontramos em relação à condição ambiental, seria apropriado avaliar as intervenções antes mesmo de sua implementação, a fim de priorizar aquelas que têm impactos positivos sobre o meio ambiente e sobre os determinantes sociais. Esse exercício permitiria também melhorar as intervenções propostas de forma a contribuir ainda mais para a melhoria das condições ambientais, econômicas e sociais. Abordagens como a análise lógica assumem então todo o seu significado e importância.

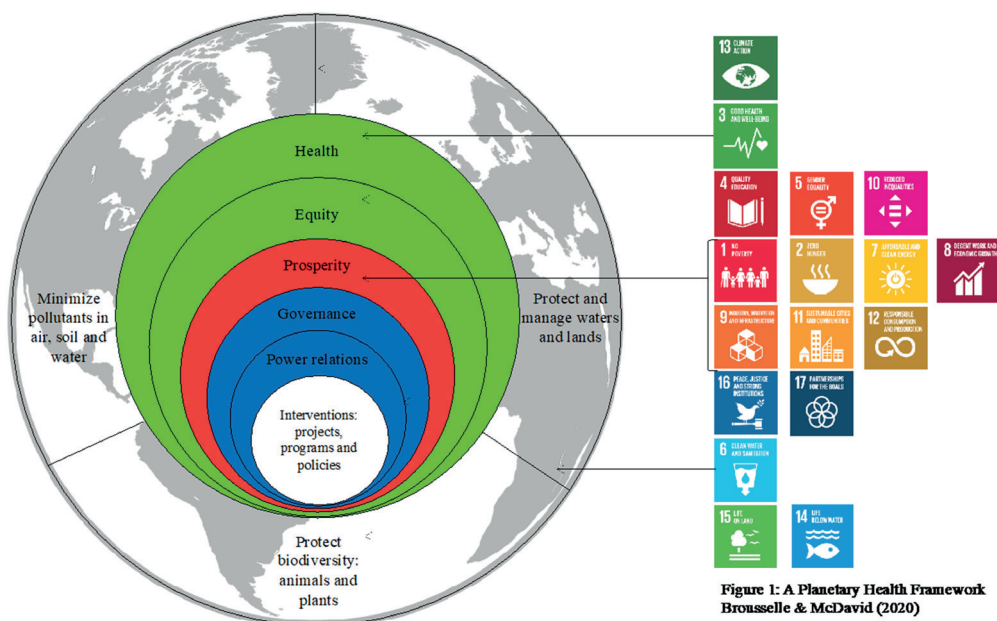
Da mesma forma, os modelos de análise de desempenho, pelos quais você é apaixonada, Zulmira, devem ser revistos à luz dos acontecimentos que estamos passando. Precisamos de uma estrutura mais ampla, que incorpore o que realmente importa para a saúde humana, se quisermos realmente cumprir os objetivos que nós, avaliadores, defendemos: melhorar a condição humana. Essa agenda levanta novas questões: que independência tem o avaliador para orientar suas avaliações? Qual é o lugar da educação na avaliação? Como revisar o treinamento dos avaliadores para que se sintam preparados para adotar tais abordagens?

Que transformações exigem esse novo contexto para o campo da avaliação e, mais especificamente, para a prática avaliativa?

A situação ambiental, social, econômica e sanitária em que nos encontramos exige uma renovação da avaliação. Temos o dever moral de transformar essa área. Recentemente, Zenda Ofir disse que, cada vez mais, avaliadores estão deixando a profissão para se concentrar em áreas como a transição ecológica. Se não quisermos perder os jovens avaliadores, se quisermos ser capazes de enfrentar os desafios que temos pela

frente, temos que transformar completamente a avaliação. Há uma nova atração em nosso campo para a transformação^{27,28}. A identificação dos meios para introduzir essa transformação tão essencial permanece, porém, embrionária. Uma maneira de provocar grandes mudanças em grande escala no campo da avaliação é identificar os elementos essenciais à sobrevivência e à saúde dos seres humanos e de nosso planeta e incorporá-los sistematicamente em nossas avaliações. Precisamos integrar e priorizar, em nossas avaliações, as questões e os elementos que ajudarão a fazer a diferença para a nossa geração e para as que virão. Temos que pensar na valoração planetária. Essas questões e dimensões foram identificadas²⁹, e um modelo de avaliação da saúde planetária foi desenvolvido (Figura 1). Esse modelo mostra que, se integramos as dimensões críticas para a saúde planetária, estaremos, ao mesmo tempo, contribuindo para o alcance da Sustainable Development Goals.

Figura 1. Modelo de avaliação para a saúde planetária



Responder às questões ambientais, sociais e democráticas contemporâneas constitui, em nossa opinião, um dever de responsabilidade para com a nossa geração e com as seguintes. Como avaliadores, queremos tornar as partes interessadas responsáveis em nossas avaliações, mas também somos responsáveis por nossos clientes, nossas famílias e nossas comunidades. Não podemos mais ignorar o que é mais importante para as pessoas. Como avaliadores, devemos integrar sistematicamente os efeitos nos sistemas naturais e humanos

em cada uma de nossas avaliações, independentemente do assunto da avaliação. Precisamos ter a coragem de enfrentar os clientes e defender o que é mais importante para as pessoas, de dar a isso um lugar em nossas avaliações e de não hesitar. Sim, claro, isso vai nos custar. Quem vai querer contratar tal avaliador? Quantos contratos os avaliadores perderão se adotarem essa abordagem? Essas perguntas continuam surgindo indefinidamente. No entanto, devido à importância e à urgência das questões, elas não se destacam.

Devemos dar voz àqueles que menos aceitam ou que ainda não o fizeram, como os jovens que, muitas vezes, são os que vão viver com as consequências de nossos atos. Precisamos abrir espaço para novos paradigmas, novas representações do mundo, mais holísticas, mais complexas; temos que enfrentar os mecanismos de esgotamento de recursos a que a lógica capitalista nos conduz. Muitas vezes, a avaliação é um instrumento que visa consolidar as estruturas de poder existentes, que são precisamente aquelas que mantêm o *status quo*. A crise climática e ambiental deve ser considerada em um contexto mais amplo de exploração dos recursos, colonização e opressão dos povos. Aqueles que sofrem com as injustiças ambientais também são frequentemente os mais afetados pelas crises econômicas, de saúde etc. Esses eventos não são independentes, são o resultado de um sistema operacional maior. Ajudar a realizar avaliações para os atores desse sistema, da mesma forma que sempre fizemos, contribui para ele. Para enfrentar esse sistema, podemos fazer de dentro para fora, mudando nossas práticas e trabalhando coletivamente para mudar as normas do nosso campo. A alternativa é fazê-lo por meio de abordagens democráticas, envolventes e mobilizadoras, dando voz e poder aos mais expostos. Isso se resume a reconsiderar como percebemos nossas funções e responsabilidades.

No geral, essa nova prática avaliativa clama por novas alianças para trazer práticas alternativas aos modelos dominantes, para reavaliar paradigmas muitas vezes rejeitados, como o da complexidade, perspectivas indígenas holísticas ou mesmo abordagens multiversas para criar ações solidárias. Diz respeito a todos nós, em nível planetário³⁰⁻³².

CONCLUSÃO

Hoje o tempo se apressa. Precisamos agir. A avaliação não salvará o mundo, certamente, não da forma como a fazemos. Nosso campo sempre esteve na vanguarda das mudanças de paradigma. Em relação às questões climáticas, perdemos essa liderança. Zulmira, temos uma paixão comum pela avaliação. Fazer a diferença no nosso mundo é o que nos une. É hora de todos nós, avaliadores, trabalharmos juntos, além de fronteiras e diferenças culturais, para questionar os fundamentos sobre os quais repousam nossas práticas atuais, a fim de realmente abraçar os desafios de hoje. A avaliação não mudará o mundo; avaliadores talvez, se começarem por transformar suas práticas!

Referências

1. Brousselle A, Champagne F, Contandriopoulos A-P, Hartz Z, éditeurs. L'Évaluation: Concepts et méthodes. Montréal: Presses de l'Université de Montréal; 2009.
2. Brousselle A, Champagne F, Contandriopoulos A-P, Hartz Z, éditeurs. L'Évaluation: Concepts et méthodes. 2e édition. Mise à jour. Montréal: Presses de l'Université de Montréal; 2011.
3. Brousselle A, Champagne F, Contandriopoulos A-P, Hartz Z, organizadores. Avaliação: conceitos e métodos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2011.
4. Dobashi BF, Santos AO, Gonçalves CCM, Barros EOM, Barros FC. Aplicação do modelo Egipss nos hospitais regionais de Mato Grosso do Sul. Saúde Debate. 2015;40(107):1162-72.
5. Champagne F, Contandriopoulos A-P. Éléments d'architecture des systèmes d'évaluation de la performance des systèmes de santé. In: Contandriopoulos A-P, Hartz Z, Gerbier M, Nguyen A. Santé et Citoyenneté. Les expériences du Brésil et du Québec. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal; 2009. p. 251-74.
6. Contandriopoulos A-P, Champagne F, Sainte-Marie G, Thiebaut GC. Concevoir et évaluer la performance des systèmes et des organisations de santé. In: Suárez-Herrera JC, Contandriopoulos A-P, Hartz Z, Cupertino F. Améliorer la performance des systèmes de santé: concepts, méthodes, pratiques. Montréal: Presse universitaire de Montréal; 2017.
7. Mayne J. Contribution analysis: An approach to exploring cause and effect. ILAC Brief 16. The Institutional Learning and Change (ILAC) Initiative; 2008.
8. Mayne J. Contribution analysis: Coming of Age? Evaluation. 2012;18(3):270-80.
9. Kotvojs F, Shrimpton B. Contribution analysis: a new approach to evaluation in international development. Eval J Australas. 2007;7(1):27-35.
10. Patton MQ. Developmental evaluation: applying complexity concepts to enhance innovation and use. New York: Guilford Press; 2011.
11. Patton MQ. Essentials of utilization-focused evaluation. Los Angeles: Sage; 2012.
12. Hopson RK, Decolonizing Evaluation, Valuing Evaluation in the Public Good. Keynote presentation. In: CES Conference; 2012; Halifax, Nova Scotia. Canada: CES Halifax; 2012.
13. Evans E, Barer M, Marmor T. Être ou ne pas être en bonne santé. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal; 1996.
14. United Nations. UN Report: Nature's Dangerous Decline 'Unprecedented'; Species Extinction Rates 'Accelerating'. Sustainable Development Goals [Internet], 6 May 2019 [cited 2019 Jun

- 4]. Available from: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/blog/2019/05/nature-decline-unprecedented-report/>.
15. Sánchez-Bayo F, Wyckhuys KAG. Worldwide decline of the entomofauna: A review of its drivers. *Biol Conserv.* 2019;232:8-27.
16. World Health Organization. 9 out of 10 people worldwide breathe polluted air, but more countries are taking action. News release [Internet], 2 May 2018 [cited 2019 Oct 1]. Available from: <http://www.who.int/news-room/detail/02-05-2018-9-out-of-10-people-worldwide-breathe-polluted-air-but-more-countries-are-taking-action>.
17. Whitmee S, Haines A, Beyrer C, Boltz F, Capon AG, Dias BFS, et al. Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of The Rockefeller Foundation–Lancet Commission on planetary health. *Lancet.* 2015;386(10007):1973-2028.
18. Pauly D. Aquacalypse now: The end of fish. *TNR.*2009;240(18):24-7.
19. Watts N, Amann M, Ayeb-Karlsson S, Belesova K, Bouley T, Boykoff M, et al. The Lancet Countdown on health and climate change: From 25 years of inaction to a global transformation for public health. *Lancet.* 2018;391(10120):581-630.
20. Haines A, Ebi KL, Smith KR, Woodward A. Health risks of climate change: Act now or pay later. *Lancet.* 2014;384(9948): 1073-5.
21. Neira M. Climate change: An opportunity for public health [Internet]. Media centre commentary, 14 September 2014. Geneva: World Health Organization; 2014 [cited 2017 Apr 18]. Available from: <http://www.who.int/mediacentre/commentaries/climate-change/en/>.
22. Intergovernmental Panel on Climate Change. Summary for Policymakers. In: Masson-Delmotte V, Zhai P, Pörtner H-O, Roberts D, Skea J, Shukla PR, et al., editors. In: *Global Warming of 1.5 °C. An IPCC Special Report on the impacts of global warming of 1.5 °C above pre-industrial levels and related global greenhouse gas emission pathways, in the context of strengthening the global response to the threat of climate change, sustainable development, and efforts to eradicate poverty* [Internet]. Geneva: World Meteorological Organization; 2018 [cited 2019 Oct 1]. Available from: https://report.ipcc.ch/sr15/pdf/sr15_spm_final.pdf.
23. Nicholas PK, Breakey S, Winter S, Pusey-Reid E, Viamonte-Ros A. Climate change, climate justice, and environmental health issues. In: Breakey S, Corless I, Meedzan N, Nicholas PK, editors. *Global Health Nursing in the 21st Century*. New York: Springer Publishing Company; 2015. p. 25-40.
24. Giusti S, Piras E. Introduction. In: Giusti S, Piras E, editors. *Democracy and Fake News: Information Manipulation and Post-Truth Politics*. London: Routledge; 2020.

25. Brousselle A, McDavid J. Evaluators in the Anthropocene. *Evaluation*. 2020;26(2):190-204.
26. Mayne J. Using Theories of Reach to Enhance Equity Considerations in Evaluation In: Forss K, editor. *Speaking Justice to Power*. Routledge: Taylor & Francis Group; 2014. p. 133-52.
27. Van den Berg RD, Magro C, Adrien MH, editors. *Transformational Evaluation for the global crises of our times* [Internet]. Exeter, UK: IDEAS; 2021 [cited 2021 Jul 29]. Available from: <https://ideas-global.org/wp-content/uploads/2021/07/2021-IDEAS-book-Transformational-Evaluation.pdf>.
28. Patton MQ. *Blue Marble Evaluation. Premises and Principles*. New York: The Guilford Press; 2020.
29. Brousselle A, McDavid J. Evaluation for Planetary Health: A framework and a dialogic Approach. *Evaluation*. 2020;27(2):168-83.
30. Goodchild M. Relational Systems Thinking: that's how change is going to come, from our Earth Mother. *JABSC*. 2021;1(1):75-103.
31. Escobar E. *Designs for the Pluriverse. Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds*. Druham and London: Duke University Press; 2018.
32. Atleo RE. *Principles of Tsawalk: an indigenous approach to global crisis*. Vancouver: UBC Press; 2011.